



JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR: GÊNERO EM FOCO

Débora Mate Mendes - Unijuí¹
Marlo dos Reis - Unijuí²

A reflexão que esse ensaio se propõe inicialmente pretende emergir dos conceitos de Juventude e Agricultura Familiar e suas implicações quando tratados de forma conjunta e dessa forma, apresentar a discussão a que se propõe o Coletivo de Jovens da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-SUL/CUT.³ Ainda, tratar do conceito de gênero nesse contexto para, a partir de toda essa discussão, refletir acerca das migrações dos/as Jovens da Agricultura Familiar que na Região Sul do Brasil – espaço de atuação do Coletivo em questão – possui uma incidência significativamente maior entre as mulheres.

Juventude da Agricultura Familiar

Acerca do conceito de Juventude, é possível afirmar a partir de elaborações e discussões do Coletivo de Jovens da FETRAF-SUL/CUT (2006, p. 20), que “Não é um recorte empírico ou teórico que diz o que é Juventude, mas um conjunto de características que precisam ser comparadas, agrupadas e incorporadas para formar uma resposta mais compatível com a diversidade que compõe a Juventude da Agricultura Familiar.” Essa afirmação aponta para a diversidade de Juventudes que podem ser localizadas. Colocar Juventude no plural segundo Gilberto Velho (2006) permite qualificá-la, no sentido de percebê-la como uma “categoria complexa e heterogênea” evitando “simplificações e esquematismos”.

Nesse sentido, caminhamos para uma construção que compreende a Juventude a partir da faixa etária, mas percebe não ser o único recorte capaz de refletir sobre esses sujeitos. Percebe-se dessa forma a complexidade no momento de propor um conceito que compreenda Juventude da Agricultura Familiar, porém algumas questões são fundamentais para essa discussão. Sobre isso Kerbauy (2005, p.195) afirma que

Embora a juventude seja considerada, geralmente, como uma totalidade cujo principal atributo é dado pela faixa etária na qual está circunscrita, deve-se tomá-la também como um conjunto social diversificado, para que diferentes traços e perfis da juventude surjam, relacionados ao pertencimento de classe social, à situação econômica, aos interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais, específicos.

¹ Acadêmica do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí, bolsista Capes e liderança da FETRAF-SUL/CUT. E-mail: bedamate@hotmail.com

² Acadêmico do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí e liderança da FETRAF-SUL/CUT. E-mail: marloreis@hotmail.com

³ Organização Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul. Endereço eletrônico www.fetrafsul.org.br



Essa percepção nos orienta para uma caracterização que permite visualizar nossos sujeitos, situando esse grupo como um “conjunto social diversificado” e ressaltando seu perfil a partir do lugar de onde falam e de seu pertencimento a uma determinada classe social, bem como o acesso e as oportunidades que lhes são possibilitadas. Falamos aqui de um grupo social organizado que se constitui como Juventude da Agricultura Familiar, logo, muitas características evidenciadas nesse contexto refletem sua identidade e a construção social a que estão propostos.

Esse contexto convida a um olhar para a compreensão de Agricultura Familiar, para uma percepção que consiga expressar as questões de identidade desses sujeitos e sua relação com a terra e o trabalho, dimensões que fazem a diferença na forma de expressar tais características. Para Wanderley (1996, p. 02) a Agricultura Familiar é:

Entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Nesse sentido, a dimensão característica que diferencia a Agricultura Familiar é o trabalho. Faz parte da identidade da Agricultura Familiar a semeadura, o cuidado, a colheita, a partilha, não apenas mecanicamente como forma de sustento, mas, com a mística e o universo simbólico que permeia esse cotidiano. A construção da vida da Juventude da Agricultura Familiar nessas bases é uma luta que vem emergindo dos Movimentos Sociais organizados, da própria Juventude que atenta para essas questões e se dispõe a lutar por autonomia, em favor da força do lugar que com organização e vontade pode transformar a vida material, social e simbólica de cada um e cada uma.

Pensar a vida da Juventude no espaço da Agricultura Familiar requer condições, no sentido de permitir que os Jovens possam se desenvolver conforme seus anseios, seus desejos, sejam eles monetários, sociais ou simbólicos. Faz-se necessário colocar nas mãos dos jovens as possibilidades de escolha, não desinteressada ou neutra, mas consciente do seu papel no tempo e espaço que ocupam.

Nesse sentido, também a Família possui um papel importante na tomada de decisão dos Jovens e das Jovens, pois conforme o espaço que ele conquista dentro da Unidade de Produção será também o seu desejo de permanência nesse espaço. Pois o trabalho desempenhado pelo/a Jovem é o que vai lhe proporcionar tanto o reconhecimento simbólico quanto material, fatores que influenciam diretamente nas suas escolhas.

Continuando nossa caracterização dos sujeitos Jovens da Agricultura Familiar, importa construir o conceito de identidade juvenil que contemple a complexidade e diversidade destes atores. Partindo da noção de identidade como fruto da dinâmica das relações sociais em espaço e



tempo situados, imbricadas nas condições materiais e permeadas pelas construções simbólicas operadas pelos sujeitos sociais, consideramos de vital importância a produção de Velho (2006), Castells (2001) e Hall (1997) para a compreensão deste panorama.

É importante perceber que a relação com o espaço da Agricultura Familiar neste tempo de economia globalizada se apresenta como elemento fundante desta construção identitária, conforme explicita o fragmento abaixo de Gilberto Velho (2006, p.193):

A construção das identidades é um processo que decorre no tempo, é dinâmico, transforma-se e se dá em múltiplos contextos sócio-culturais e níveis de realidade. Essas experiências, no entanto, não são indiferenciadas. Elas têm pesos, valores e significados específicos que precisam ser analisados tendo como referência básica os pontos de vista e visões de mundo das categorias sociais consideradas.

Estando as identidades relacionadas com o contexto em que se estruturam, percebemos também o espaço da subjetividade dos atores sociais que dimensionam, a partir de suas especificidades de ações e reações, em que medida este grande cenário definirá seus significados, em reconhecimentos e estranhamentos, continuidades e rupturas.

Encontramos em Hall (1997, p.10) “três concepções de identidade: a) Sujeito do Iluminismo; b) Sujeito sociológico; c) Sujeito pós-moderno” e situamos a terceira concepção convergindo com a realidade pesquisada, pois a Juventude da Agricultura Familiar está inserida no contexto da pós-modernidade em seu cambio de identidades múltiplas e dinâmicas, fruto de transformações sociais complexas e muito rápidas, produtora de identidades em contínua formação, despertando constante necessidade de reconhecer, entender e explicar.

Percebemos assim o engendramento das especificidades da Juventude da Agricultura Familiar num cenário de múltiplos fenômenos que precisam ser considerados para nos aproximar de sua constituição própria, partindo de dados objetivos colhidos e sistematizados pelas pesquisas disponíveis e pelas falas destes atores em seus espaços de construção social.

O Consórcio Social da Juventude Rural – Sementes na Terra (CSJR)⁴ realizou uma pesquisa⁵ na Região Sul em 2007 e apresenta dados significativos para nossa reflexão.

Gênero e Sucessão na Agricultura Familiar

⁴ Projeto de Formação/capacitação desenvolvido pelo Coletivo de Jovens da FETRAF-SUL/CUT com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego nos anos de 2006 e 2007.

⁵ Os dados presentes no texto foram coletas por essa pesquisa.



Em êxodo violento mais de 4.4 milhões de pessoas migraram para as cidades desde o ano 1970 até 2000, representando 48% da população rural de 1970. E os/as jovens (dentre eles as mulheres jovens) são o contingente mais atingido por este fenômeno.

Com este dado da realidade, nos deparamos de maneira muito clara com a questão de gênero, uma vez que as diferenças de sexo são fruto de uma construção social e histórica que demarca as relações sociais de homens e mulheres em seus diversos papéis e posições de poder. Segundo Mello (2003, p. 22) “Se a partilha do poder paterno com o possível ou provável sucessor homem já é complicada, o tema nem é colocado quando se trata da mulher.”

A abordagem de Castells (2001) avança na construção da identidade como processo de elaboração de significados em consonância com o contexto sócio-cultural e acentua a importância da memória coletiva em todas as relações que são processadas e marcadas por relações de poder. Daí depreende a existência de três formas de construção de identidades: identidade legitimadora (instituições dominantes); identidade de resistência (sujeitos/grupos sociais estigmatizados ou desvalorizados) e identidade de projeto (mudança/transformação social com redefinição de relações e posições dos sujeitos/grupos sociais).

Deparamo-nos então com dimensões estruturantes do contexto que provocam esta ruptura significativa (êxodo) como afirmação de “identidade legitimadora” e seus significados para as Jovens da Agricultura Familiar da Região Sul onde destacamos a importância do modelo de educação, trabalho, economia, cultura dos pais e perspectivas de vida futura, entre outros.

O modelo educacional em curso não propicia a construção de identidades positivas (de resistência ou de projeto conforme Castells) para os/as Trabalhadores/as da Agricultura Familiar, silencia sobre suas especificidades, denigre sua cultura própria e seu valor social com estereótipos preconceituosos, absolutiza o mundo urbano com um discurso uníssono de estudo, profissão e felicidade. Aos jovens é dada a possibilidade de sucessão no lugar do pai e às moças é dado o estudo e o incentivo a profissão e vida nas cidades. Weisheimer (2006, p. 10) afirma que

O fato das moças dedicarem mais tempo aos estudos enquanto os rapazes ao trabalho agrícola não deixa de ser revelador dos papéis sociais atribuídos a cada um dos filhos de agricultores do universo em questão. Estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não agrícola e tido por grande parte das moças como uma possibilidade de realização pessoal e profissional, que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado.

No tocante ao trabalho, a pesquisa supra relacionada apontou que aos jovens (homens) é dada as tarefas da produção e gestão da propriedade em atividades que produzem renda e poder de decisão enquanto as mulheres jovens dão conta das tarefas domésticas e não agrícolas, sem renda nem reconhecimento. Esta divisão de trabalho tem impacto decisivo nas construções identitárias das



Jovens da Agricultura Familiar: estudar na cidade, trabalhar na cidade, casar com rapazes urbanos e viver sua vida na cidade. Conforme Brumer (2004, p. 210)

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda' mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Aliada as questões educacionais e de divisão do trabalho, a questão da distribuição de renda também contribui neste contexto de êxodo, pois 13% dos entrevistados relatou que a renda é centralizada pelo pai, 50% fica centralizada pelo pai e pela mãe e apenas 29% tem a renda dividida entre todos que trabalham. Entre os Jovens, a pesquisa revela que 43% das mulheres não recebem nada de remuneração e 44% recebem menos de 01 Salário Mínimo.

Sem poder, sem renda, impulsionadas pela educação urbanizante, as Jovens da Agricultura Familiar ouvem os relatos e percebem suas mães (identidade) numa condição que não desperta interesse de sucessão. Em consequência as Jovens sonham no futuro com um curso superior (41%), emprego urbano (32%) e poucas pretendem permanecer na agricultura (12%). Mello (2003, p. 22) afirma que “O processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Isso não é novo e consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo”.

As moças que não querem permanecer no meio rural por conta das condições e da divisão desigual do trabalho, também não desejam estabelecer vínculo matrimonial com os rapazes que pretendem ficar. Nesse aspecto aparece claramente a subjetividade de fugir da vida dura que a mãe leva. O trabalho da mulher na propriedade não é reconhecido, apesar dos trabalhos fundamentais para a sobrevivência da família serem realizados por ela, porém, na divisão do trabalho construída histórica e socialmente, seu trabalho torna-se invisível, o que é visível e “garante” o sustento da família é a renda produzida pelo trabalho masculino. É disso que as moças tentam fugir.

Os rapazes por sua vez, procuram moças que sejam Agricultoras Familiares, pois, argumentam que elas já conhecem o trabalho rural. Ainda, afirmam que as moças da cidade “não agüentariam”, e, na fala deles, “não há amor que resista”. Esse elemento problematiza ainda mais a perspectiva de sucessão das propriedades na Agricultura Familiar que caminha para um processo cada vez maior de envelhecimento e masculinização do campo. É emblemática a fala de um Jovem (J.F.B., Seminário da Juventude, 2010) participante do Consórcio:

Hoje o jovem do meio rural não precisa usar calça remendada, camisa suja, mas como jovens agricultores têm direito a comodidades, que os jovens da cidade têm. O que prejudica o jovem do meio rural são as condições a que ele tem que se submeter. Como por exemplo: como ter o acesso à universidade e trabalhar na propriedade ao mesmo tempo?



Entre os/as Jovens que pretendem permanecer na Agricultura Familiar entrevistados na pesquisa do CSJR, o fator principal para sua permanência é a vontade e dedicação pessoal (35% das moças e 28% dos rapazes) aliada ao reconhecimento da família (32% dos rapazes e 28% das moças), num contraste significativo com o item renda, escolhido apenas por 10% dos /as jovens pesquisados.

Em consonância com os autores estudados, percebemos as Jovens da Agricultura Familiar num contexto de exclusão e migração do campo para a cidade, as famílias Agricultura Familiar numa encruzilhada preocupante de sucessão, geração, envelhecimento e masculinização, e uma subjetivação identitária onde os sujeitos desejam reconhecimento e condições para viver e trabalhar, continuando sua tarefa digna de alimentar a nação.

Referências Bibliográficas:

- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** *Revista Estudos Feministas/* Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil.** Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 142 p.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2001.
- Consórcio Social da Juventude Rural.** Módulo I e II: Conexão Assessoria e publicidade. 2006.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** Educação e Realidade. Jul./dez. 1997.
- KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?** Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005.
- MELLO, Márcio Antonio de *et al.* **Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar.** Agric. São Paulo. 2003
- VELHO, Gilberto. **Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea in** ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGÊNIO, Fernanda (orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2006
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996.
- WEISHEIMER, Nilson.** Jovens Agricultores: Gênero, trabalho e projetos profissionais. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Título do GT: Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas, 2006.**